



Revista Brasileira de História

ISSN: 0102-0188

rbh@edu.usp.br

Associação Nacional de História
Brasil

Almeida, Antônio de
Novas leituras para antigas lutas: representatividade e organização coletiva entre trabalhadores do
ABC Paulista - 1964/1990
Revista Brasileira de História, vol. 19, núm. 37, septiembre, 1999, p. 0
Associação Nacional de História
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26303713>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

REVISTA BRASILEÑA DE HISTORIA

Novas leituras para antigas lutas: representatividade e organização coletiva entre trabalhadores do ABC Paulista - 1964/1990*

Antônio de Almeida

Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

O artigo procura mostrar como os trabalhadores da região do ABC Paulista, apesar da situação de extrema adversidade imposta pela ditadura militar, que perseguiu violentamente as lideranças e transformou as entidades representativas em meros órgãos assistencialistas, reagem a essa situação retomando a capacidade de luta e de organização coletiva. Discute também a aproximação ocorrida entre diferentes correntes da esquerda local como condição para o enfrentamento do regime militar, e chama a atenção para o fato de que as dificuldades criadas por esse mesmo regime forçaram um redimensionamento nas estratégias de intervenção social desses trabalhadores, dando origem à defesa de uma participação direta das bases nos processos decisórios e suplantando as tradicionais teses cupulistas. Conclui mostrando a importância dessas novas formulações no processo de criação e organização do PT e da CUT.

Palavras-Chave: Trabalhadores; Organização Partidária; Representação Sindical.

ABSTRACT

The article tries to show how the workers of the ABC Paulista area, in spite of the extreme adversity situation imposed by the military dictatorship, that chased the leaderships violently and changed the representative institutions into simple assistance organizations, they respond to this situation, retaking the fighting capacity and collective organization. It also discusses the approximation occurred between different currents of the local left wing as a condition to the military system confrontation and it calls the attention to the fact that the difficulties that this system began forced a new dimensionment on the workers social intervention strategies with started the defence of a direct participation on the basis on the decisive processes, overcoming the traditional cupulist thesis. It concludes showing the importance of these formulations in the process of creation and organization of the PT and of the CUT.

Keywords: Workers; Party; Organization; Unions Representativeness.

I

Com a ascensão dos militares ao comando do governo brasileiro a partir de março de 1964, as lideranças políticas dos trabalhadores da região do ABC Paulista¹, a exemplo de outras diversas localidades no país, foram violentamente perseguidas e afastadas de suas funções. Os sindicatos mais combativos sofreram intervenções e passaram a ser dirigidos por representantes oficiais, que colocaram em prática as orientações ditadas pelo novo regime. Os militantes comunistas, com expressiva e reconhecida atuação na região há mais de três décadas², presos, exilados ou mergulhados na clandestinidade forçosamente deixaram de atuar nos movimentos organizados. Em várias paróquias do ABC, os integrantes da ala progressista da Igreja Católica tiveram os seus passos vigiados. Nas missas, passou a ser freqüente a presença de um representante da polícia para gravar o que estava sendo falado. No Jardim Zaira, por exemplo, um dos bairros pobres da periferia de Mauá, várias mulheres dos movimentos comunitários foram presas e torturadas, permanecendo na cadeia por vários dias e, conseqüentemente, perdendo os seus empregos³.

REVISTA BRASILEÑA DE HISTORIA

O clima de terror instalado no país chegou forte no ABC. Como relembra o então bispo da diocese de Santo André, as famílias residentes na região viviam inseguras, qualquer tipo de reunião era proibida e até mesmo as festas eram controladas. Todos receavam morrer "por acaso".

As sucessivas perseguições com prisões, torturas e mortes praticadas pelas forças policiais provocaram pânico e dispersaram os trabalhadores aglutinados nos movimentos organizados. Vários são os exemplos dessa natureza ocorridos na região. Rolando Fratti, militante do Partido Comunista local, foi preso com o Golpe Militar de 1964 e posteriormente exilado no exterior, num episódio que envolveu o seqüestro do embaixador dos Estados Unidos e negociação de sua soltura em troca da libertação de presos políticos. Ele só voltou ao país bem mais tarde, em fins da década de 1970, com a aprovação da lei da anistia. Segundo Fratti, antes disso, nem tinha sentido vontade de voltar ao país, porque "não havia mais nenhuma possibilidade para a esquerda no Brasil, até a esquerda pacífica tinha sido esmagada, as suas principais lideranças eles mataram"⁴. Olavo Hansen, funcionário da Quimbrasil e membro do Sindicato dos Químicos do ABC, foi preso em 1970, juntamente com mais dezessete militantes, durante uma simples panfletagem de 1º de maio. Após ter sido submetido a várias sessões de torturas e encontrar-se bastante machucado, sob os protestos dos demais militantes detidos, Hansen foi transferido pelos policiais para um hospital. Dias depois, o corpo do militante sindical foi encontrado jogado num matagal do bairro Ipiranga, em São Paulo⁵.

Nessas circunstâncias, as entidades sindicais, esvaziadas de suas lideranças mais combativas ou dirigidas por interventores oficiais, "perderam o papel de instrumento de luta da classe para reforçarem sua condição de aparelho político do Estado, dominando, amortecendo e dificultando os movimentos de reivindicação dos trabalhadores"⁶ e as atitudes daqueles pretensos dirigentes sindicais davam mostras do quanto eles estavam distanciados de suas bases. O episódio que envolveu as comemorações do 1º de Maio, em 1968, é bastante ilustrativo.

Um ato público organizado por sindicatos diversos do ABC e de São Paulo, foi marcado para ser realizado na Praça da Sé, em São Paulo. Como convidado especial, nada menos do que o interventor federal nomeado como governador do Estado pelo regime militar, Abreu Sodré. Os setores oposicionistas, que combatiam as atitudes das direções "pelegas", também convocaram os trabalhadores para esse evento, como estratégia para retomar as mobilizações. Quando o ato teve início,

(...) os discursos dos pelegos foram seguidos de vaias. Quando o governador foi falar, as vaias irromperam novamente na praça e os manifestantes começaram a jogar bolas de papel e pedaços de pau no palanque. Abreu Sodré, machucado na testa, teve que se retirar (...). A oposição tomou o lugar da Comissão Oficial. Foram feitos vários discursos de protesto contra as medidas econômicas e políticas do regime militar (...). Em seguida, o palanque foi queimado e centenas de trabalhadores foram até a Praça da República em passeata⁷.

Nos dias seguintes, através de reunião no Palácio dos Bandeirantes e por meio de publicação de uma nota conjunta, as direções sindicais, incluindo os três sindicatos dos metalúrgicos do ABC, solidarizaram-se com o governador e atribuíram a responsabilidade pelos incidentes a estudantes baderneiros e subversivos. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André lamentou assim o seu insucesso:

Eu consegui trazer 15 ônibus de Santo André, lotado de trabalhadores. Bastou descerem dos mesmos e aparecerem na Praça da Sé, pronto: lá estavam os agitadores nos ofendendo e chamando-nos de pelegos. O duro mesmo foi quando percebi, entre os trabalhadores que vieram comigo nos ônibus, alguns agitadores que estavam se aproveitando para falar misérias contra a gente⁸.

Nesse mesmo mês de maio de 1968, os trabalhadores das empresas automobilísticas Volkswagen, Willys e Chrysler, todas de São Bernardo do Campo, inovando em termos de mobilização, promoveram paralisações "relâmpagos" e greves "brancas" como meio de forçar

REVISTA BRASILEÑA DE HISTORIA

os empresários a negociar índices salariais maiores do que os decretados oficialmente. Enquanto isso, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos, representante legal daqueles trabalhadores, sequer tomara conhecimento dos acontecimentos. Segundo o seu presidente, (...) atualmente estamos mais preocupados é com o início da construção da nova sede do Sindicato (...), um prédio moderníssimo de oito andares (...). A obra vai custar no mínimo um bilhão de cruzeiros velhos. Querendo, o fotógrafo pode até tirar uma fotografia para publicar no jornal⁹.

Mais do que expressar as prioridades estabelecidas por aqueles pretensos líderes sindicais, essas atitudes revelavam, antes de tudo, o próprio compromisso político que assumiam junto às suas respectivas categorias. Isso explica também porque, a despeito de todos os desmandos e atos ilegais praticados pelos próprios governos militares no país, eles continuavam acreditando que "a solução dos problemas deve ser encontrada dentro da lei. A lei é o instrumento básico. Por isso, deve-se procurar ampliar os direitos dos trabalhadores dentro da lei"¹⁰. A complacência desses dirigentes sindicais para com os empresários era tanta que, nem mesmo esse discurso legalista por eles propalado era efetivamente colocado em prática quando se tratava de defender os interesses dos trabalhadores. A experiência vivenciada por Padre José Mahon, um dos padres operários da região que na época trabalhava como frezador nas Indústrias Villares, é bastante reveladora nesse aspecto. Como a empresa pagava o descanso semanal remunerado dos trabalhadores noturnos nos mesmos moldes dos diurnos, descumprindo a lei que obriga um acréscimo de 25%, eles se mobilizaram e chamaram o sindicato para as negociações. Reconhecendo seu erro, a empresa propôs uma resolução para o problema a partir daquela data, exigindo, em contrapartida, que todos os trabalhadores envolvidos assinassem um documento se comprometendo a não reclamar direitos passados. O papel de "convencimento" dos trabalhadores foi exercido exatamente pelos dirigentes sindicais, duramente criticados por tal atitude.

Diante desse quadro, inviabilizadas as discussões e a organização política no interior dos sindicatos, as disputas eleitorais nessas entidades não passavam de meras formalidades burocráticas. Os programas de algumas chapas, afinadas com a orientação imposta para os sindicatos pela ditadura militar, deixavam transparecer os objetivos de despolitização e de transformação daquelas entidades em órgãos de caráter assistencial, "que suprisse as deficiências do Estado em relação à saúde, lazer e educação". No programa da chapa situacionista que, em 1965, elegeu-se para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, excetuando-se um único item que defendia ações contra a insalubridade, todos os demais pontos do programa apontavam para questões assistenciais, quais sejam: reorganização e ampliação da assistência médica, jurídica e dentária; instalação de uma farmácia na sede do sindicato; instalação de mais uma cadeira de barbeiro (a preços populares); criação de um departamento de empregos e colocações (só para a categoria); criação de um departamento para a execução e encaminhamento de todos e quaisquer documentos a todas as repartições públicas; reorganização dos departamentos social, esportivo e cultural; instalação de escolas de alfabetização e pré-vocacionais¹¹.

Não obstante aquela situação, para alguns militantes, a participação na direção das entidades ainda era um trabalho necessário e, nesses casos, o jeito era se sujeitar a escolher a chapa "menos pior" para tomar parte e, mesmo assim, estar exposto a todo tipo de fraudes eleitorais. Em 1965, o interventor do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André convocou uma eleição. Formaram-se duas chapas:

(...) a chapa (...) de oposição venceu as eleições, só que foram roubadas. Eles entraram à noite pelo forro (...) e fraudaram o processo eleitoral (...). Quanto aos companheiros da chapa de oposição, uma boa parte foi demitida das empresas, outros foram presos e desmantelou tudo, porque uma chapa de oposição, num regime ditatorial, quando perde eleições, está perdida mesmo (...)¹².

Em 1967, Philadelpho Braz, resolveu integrar uma das chapas que concorreram as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, "porque era a menos ruim. Nós ganhamos, mas eu não pude assumir por ordem do SNI"¹³. Monsenhor Antunes, padre da ala progressista e profundamente encaiado nas lutas do ABC, relata as dificuldades enfrentadas

REVISTA BRASILEÑA DE HISTORIA

pelas esquerdas para tomar parte nos processos eleitorais dos sindicatos de trabalhadores da região, nesse período:

Me lembro de uma eleição sindical que houve (...) e a gente ficou vigiando na porta do sindicato a noite inteira, amoitado dentro de um carro (...). Quando foi lá pelas três ou quatro horas da manhã entrou um cara lá dentro, polícia na porta. Ai nós avançamos lá e a polícia quis atirar em nós (...). Tinha um outro cara que saiu de dentro do sindicato (...) e atirou em nós. Nós fomos depois na delegacia e o delegado chamou o guarda e perguntou: você viu alguém entrar? Ele disse: não, não vi, não entrou ninguém. Resultado, ganhou a chapa deles estourado. O pessoal reclamou, não é possível, todo mundo na fábrica votou contra, como é que... Houve um cambalacho lá dentro¹⁴.

Outros militantes, entretanto, faziam questão de pregar o voto nulo sob a alegação de que (...) no atual regime militar, o Sindicato não tem força para lutar pelos direitos dos trabalhadores, porque os atuais dirigentes sindicais são patronais (...). Você sabe também que uma chapa composta por trabalhadores e líderes autênticos, o DOPS ou o governo não deixa registrar (...). Os trabalhadores só devem votar quando forem livres para escolher em assembléia geral seus legítimos representantes¹⁵.

Nem mesmo as tentativas de mobilizações pautadas pelos limites da legalidade, com os trabalhadores cumprindo todos os requisitos impostos pela legislação autoritária, lograram resultados positivos, pois todas as greves eram impreterivelmente decretadas ilegais. Até mesmo em meados da década de 1970, quando a sociedade civil brasileira já esboçava vários sinais de contestação e organização contra a ditadura militar, o comportamento adotado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, ao promover as suas reivindicações, revelava o quanto ainda havia de comedimento. Em um memorial encaminhado ao Presidente da República, os sindicalistas já ousavam reivindicar melhorias para as condições de precariedade enfrentadas pelos trabalhadores daquela categoria, mas faziam questão de esclarecer que aquela ação não estava revestida de (...) nenhum intuito contestatório. Acharno-nos, isto sim, no imperioso dever de não nos calarmos diante dos problemas, omitindo-nos naquilo que é dever precípua dos Sindicatos. Receba, pois, Vossa Excelência, o conteúdo do presente memorial, como contribuição que prestamos, no uso das prerrogativas que nos são conferidas pela lei¹⁶.

Esse foi o contexto em que, por mais de uma década, as organizações representativas dos trabalhadores do ABC permaneceram aparentemente adormecidas. Cabe reconhecer, no entanto, que ao submeter os trabalhadores a situações de extrema adversidade e por um período tão longo, o regime militar forçou esses mesmos trabalhadores a buscarem novas alternativas de resistência que trouxeram, em seu bojo, uma necessária reelaboração nas táticas e estratégias de intervenção social, implicando novas formas de relacionamentos coletivos e redimensionamento das práticas políticas. Era chegado o momento para o surgimento de novas lideranças.

II

A reação dos trabalhadores, frente às dificuldades impostas pela ditadura militar, diferentemente das grandes campanhas travadas anteriormente, num primeiro momento passou a ocorrer de forma silenciosa, evitando todo tipo de manifestação que pudesse despertar a atenção das forças repressoras. Nas fábricas, as ações limitavam-se a um discretíssimo, e por isso mesmo pouco eficiente, trabalho de divulgação de material produzido clandestinamente¹⁷.

Fora dos locais de trabalho, sucederam-se inúmeras reuniões e discussões organizadas a partir de estratégias as mais variadas. Para uns, o engajamento em organizações clandestinas, que procuravam depor com as armas o regime militar, foi a alternativa encontrada. No caso desses militantes, arrecadar dinheiro junto aos trabalhadores locais e canalizar tais recursos para a sustentação dos movimentos guerrilheiros existentes no país figuravam como algumas das suas principais atividades¹⁸. Outros optaram por uma ação subterrânea, tendo nas reuniões secretas, com poucas pessoas e em lugares discretos, sua

REVISTA BRASILEÑA DE HISTORIA

marca distintiva. Por vezes, essas reuniões ocorriam no meio do mato, com esquemas de segurança montados para alertar os participantes em caso de algum imprevisto. Noutros momentos, elas aconteciam em lugares pouco suspeitos e os disfarces utilizados por seus integrantes eram um mecanismo para não chamar a atenção:

Uma vez eu entro numa sala da igreja e vejo uns quinze a vinte homens(...) estudando a bíblia. Eu só conhecia uns dois ou três. Depois que eu soube que eles estavam fazendo uma reunião clandestina e todos tinham a bíblia aberta porque se alguém entrasse de repente, alegariam que estavam estudando a bíblia. Eu era vigário da paróquia mas não queria saber o que estava acontecendo porque se um dia eu fosse preso e torturado eu podia falar. Agora não sabendo das coisas, tudo bem¹⁹.

Esses foram fatores que efetivamente contribuíram para uma reavaliação por parte das lideranças de trabalhadores do ABC sobre as formas de intervenção na realidade, estimulando, ao mesmo tempo, uma aproximação entre diferentes correntes de pensamento. As divergências políticas, motivos de contundentes ataques em épocas anteriores - principalmente entre comunistas e militantes dos movimentos vinculados à Igreja -, cederam espaço a uma necessária unificação dos esforços para o enfrentamento do "mal maior" e, no interior desse universo tão árduo, brotou um novo aprendizado de fundamental importância para a retomada das lutas colocadas em prática em fins da década de 1970, estabelecendo uma nova dinâmica de atuação.

Ao discutir o ingresso de novos sujeitos sociais na cena política brasileira, nos anos 70 e 80, Eder Sader chega à conclusão de que

(...) ao observarmos os movimentos sociais que dão uma nova configuração social aos trabalhadores (...), nos damos conta da existência de novos significados atribuídos às suas condições de vida, e esses novos sentidos nem se desprendem naturalmente do cotidiano popular e nem decorrem dos discursos previamente instituídos sobre os trabalhadores. Eles constituem reelaborações filtradas em novas matrizes discursivas - quer dizer: novos lugares, onde se constituem diversamente os atores, estabelecem novas relações entre si e com o meio e, portanto, abordam diversamente a realidade²⁰.

No caso do ABC, de fato, tanto a composição da base social dos movimentos sindicais e populares, que foram retomados pelos trabalhadores da região a partir de meados da década de 1970, quanto a constituição das suas lideranças, contaram com uma ativa participação de segmentos diversificados dos trabalhadores locais. Ali, militantes dos movimentos da Igreja (particularmente os da Juventude Operária Católica - JOC, Ação Católica Operária - ACO, Pastoral Operária - PO e Comunidades Eclesiais de Base - CEBs), integrantes de correntes clandestinas da esquerda e trabalhadores independentes (ou seja, aqueles que não mantinham vinculação formal com nenhuma tendência política) encontraram-se nos mesmos espaços, polemizaram entre si, influenciaram-se mutuamente e, juntos, concorreram para o estabelecimento de uma nova orientação política adotada no interior das lutas e das entidades organizativas.

Os primeiros sinais mais efetivos de retomada das mobilizações populares na região, após a implantação da ditadura militar no país, deram-se a partir de meados da década de 1970. Numa época em que o Estado autoritário ainda continuava lançando mão de suas forças repressoras para perseguir, prender, exilar e assassinar indiscriminadamente os opositores do regime, principalmente os militantes políticos de esquerda, as sementes plantadas na clandestinidade davam mostras de que germinaram em terreno propício. Ao lado das incontáveis formas de reivindicações e mobilizações populares organizadas nos bairros²¹, o sindicalismo emergia recuperando a sua tradição de lutas. Cabe reconhecer, porém, que para um resultado efetivo na colheita dos frutos, o cultivo do solo, sem perder de vista a antiga tradição de lutas, requeria a presença de novos e imprescindíveis componentes só emergidos conjunturalmente. Por isso, não é de se estranhar o entusiasmo e a euforia de muitos militantes de esquerda com a retomada das mobilizações sindicais na região, apesar de as mesmas terem sido em grande parte lideradas por sindicalistas advindos de direções pouco críticas em relação ao sistema vigente, desvinculados das tradicionais correntes de esquerda e, em relação aos parâmetros mais clássicos, até mesmo despolitizados.

REVISTA BRASILEÑA DE HISTORIA

Na verdade, as experiências concretas em termos de implementação de uma nova proposta sindical na região brotaram de forma bastante incipiente e permeadas de muitos equívocos. A participação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, através de seus diretores, nas duas primeiras greves locais desse período, organizadas pelos trabalhadores da Saab Scania e da Mercedes-Benz, revelou-se até mesmo desastrosa. Uma suposta negociação desses representantes com o setor patronal, que colocou fim ao movimento de paralisação, foi fragorosamente desrespeitada pelos empresários, deixando a diretoria do Sindicato em difícil situação.

Nesse episódio, cabe reconhecer, porém, que embora esses primeiros movimentos grevistas não tenham sido objeto de deliberação interna da entidade, os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo saíram a campo em defesa do movimento, diferentemente da costumeira posição que vinha sendo adotada pelos sindicalistas da região no pós-64, que desestimulava qualquer ação contestatória às determinações oficiais. Portanto, a qualificação de espontaneidade, geralmente atribuída a esses primeiros movimentos, pode ser analisada a partir de vários ângulos. Realmente essas paralisações não foram objeto de deliberação formal da categoria dirigida pelo sindicato, mas o clima de discussão que ali vinha sendo desenvolvido certamente influenciou na sua decisão. O próprio Luiz Inácio da Silva, o Lula, na época presidente do sindicato, menos de dois meses antes da greve da Scania, em entrevista concedida ao Jornal *Pasquim*, deu a seguinte resposta à afirmação de que os trabalhadores brasileiros não podiam parar as fábricas: "Não podemos em termos. Vamos dar mais um tempo que vamos ver se podemos ou não podemos. Não vejo outra forma, pô. Conversar com patrão? Já conversamos. Conversar com autoridade? Já conversamos (...). Então vamos dar um tempo aí, está chegando o momento, eu sinto"²². Cabe destacar, ainda, que Gilson Menezes, trabalhador da Scania e um dos articuladores da greve naquela empresa, era também diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo nessa época.

Outro fator que também tem despertado atenção diz respeito às reiteradas declarações de Luiz Inácio Lula da Silva, de que quando entrou para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, em 1969, "não tinha nenhuma consciência política" e que "somente a partir daí é que comecei a perceber a dura realidade da classe trabalhadora brasileira"²³. Isso, talvez, explique a sua participação no sindicato em conjunto com Paulo Vidal, para quem a atuação política sempre esteve circunscrita aos marcos estabelecidos pelo regime militar. Aliás, essa decisão de Lula rendeu-lhe críticas até mesmo do seu irmão Frei Chico que, na condição de militante do Partido Comunista, não se conformava com aquela situação.

Em 1974 (...) o Sindicato de São Bernardo chegou a levar dez mil trabalhadores da categoria numa assembléia (...) O Paulo Vidal ameaçava dizer que ia para a greve e na hora recuou. Ficou descartado perante a massa. Nesse processo, o Lula e um grupo dele já estavam para tirar o Paulo fora. Mas o Lula ficava junto com o cara, e a gente criticando para rachar, e o Lula não rachou. Saiu junto com o Paulo, ele na cabeça da chapa e o Paulo como secretário geral²⁴.

Ainda que num plano mais global essa situação se apresente como um grande paradoxo, na verdade o que ocorria com esses novos militantes era que eles passavam por um fértil e intenso processo de aprendizagem e de conscientização política e, nesses termos, esses anos iniciais foram de significativa importância para que a prática lhes ensinasse a necessidade de encontrar novos caminhos. Por isso, quando assumiu a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos pela primeira vez, em 1975, Lula já tinha clareza dos equívocos que deveriam ser evitados.

Percebi que era preciso mudar a metodologia da conversa com os trabalhadores. Aprendi que a linguagem dentro do Sindicato às vezes era difícil de ser entendida pelo trabalhador. Mesmo sendo linguagem de peão para peão, a coisa não estava dando certo porque, quando a gente pensa que vira vanguarda, vira mesmo é um desastre. Em vez de querer conversar de igual para igual, a gente começa a querer ditar regras para os outros, pensando que sabe tudo. Eu percebi que o Sindicato pensava ter uma linguagem já acabada para todas as

REVISTA BRASILEÑA DE HISTORIA

ocasiões. Então, adotamos a política de voltar para a porta de fábrica em vez de esperar que o trabalhador viesse até o sindicato²⁵.

Contrariando paradigmas já consagrados no campo das esquerdas - que condicionam consciência de classe a uma necessária tradição urbano-fabril ou vinculação política com os clássicos partidos "revolucionários" - e negando leituras cristalizadas pelo pensamento acadêmico brasileiro²⁶, a maior parte dessas novas lideranças apresentava como traço distintivo exatamente a sua desvinculação de correntes políticas historicamente consolidadas e uma origem rural ou interiorana de seus membros, dois fatores geralmente utilizados para explicar o atraso ou a inconsistência dos movimentos. Entre os treze militantes sindicais da região que em 1980 foram presos e indiciados na Lei de Segurança Nacional por sua participação nos movimentos grevistas ali desencadeados, apenas um era natural da área metropolitana da Grande São Paulo. Quanto aos demais, cinco eram provenientes do Nordeste, quatro do interior do Estado de São Paulo e três do Estado de Minas Gerais, sendo a grande maioria filhos de lavradores ou eles próprios ex-camponeses²⁷.

A carência de elaboração teórica, reconhecida pelo próprio Lula, era de fato uma das dificuldades enfrentadas por esses novos militantes para melhor se situarem diante da realidade em que estavam inseridos. Entretanto, ao se posicionarem em relação à condução das lutas, ainda que fundamentados basicamente em experiências empiricamente vivenciadas, as suas decisões externaram respostas claras para controvertidas questões historicamente debatidas no campo das esquerdas.

No que diz respeito à proposta de intervenção sindical, Lula e seus companheiros distanciaram-se das posições vanguardistas ao defenderem uma participação ativa das bases. Para eles, "o sindicato nada mais é do que a classe trabalhadora. Esta base é que faz o sindicalismo ser bom e atuante. O que a diretoria deve fazer é coordenar a atuação de suas bases, com propostas nascidas dos próprios trabalhadores"²⁸. No tocante ao leque de alianças a serem estabelecidas, Lula criticava abertamente a participação de estudantes nas lutas específicas dos trabalhadores, provocando um visível mal-estar em determinados setores da esquerda:

Eu sou malvisto por alguns estudantes porque eu não acredito na aliança estudante-trabalhador. O estudante tem pouco a perder e o trabalhador tem muito a perder. As reivindicações são totalmente diferentes (...). Sem querer ofender nossos estudantes - talvez o meu baixo grau de cultura (...), eu só tenho curso de torneiro mecânico, talvez essa minha desinformação é que me leve a ser assim - mas eu acho que a melhor maneira de os estudantes ajudarem a classe trabalhadora seria eles ficarem dentro das universidades²⁹.

Nesse contexto, ganhou força, nos processos decisórios dos movimentos de trabalhadores locais, a defesa de uma participação ativa das bases, suplantando as velhas posições cupulistas, sobejamente utilizadas pelas esquerdas no período que antecedeu ao golpe de 1964, e contribuindo para a constituição de uma nova hegemonia política. Por vezes, essa tese apareceu contaminada por uma visão fundamentada em "basismos" ou "obeirismos" exacerbados. Nestes casos, os seus defensores, embora também estivessem sintonizados com a nova forma de intervenção política que emergia, freqüentemente tomaram por parâmetro uma compreensão de movimento na qual se supõe que "basta ter povo para ser bom", alimentando preconceitos contra intelectuais ou militantes de esquerda, geralmente desprovidos de fundamentação. Noutros momentos, ela foi fruto de um posicionamento que, mais do que sistematização teórica, explicitou a síntese de experiências vivenciadas empiricamente pelos trabalhadores.

Em que pesem a inexperiência e os equívocos cometidos por essas novas lideranças sindicais da região, o fato é que esses primeiros movimentos grevistas por eles organizados, mais do que resultados concretos em termos materiais ou financeiros, revestiram-se de um conteúdo político de grande significação, na medida em que contribuíram para a desmistificação da aparentemente inabalável estrutura do regime ditatorial no país, abrindo-se precedentes para a retomada das mobilizações reivindicatórias. Como reconhece o próprio Lula, a partir dessa época,

REVISTA BRASILEÑA DE HISTORIA

(...) qualquer coisa era motivo para greve. A gente estava se vingando de dez anos sem poder fazer uma greve sequer³⁰

No ano de 1978 acho que nós não passamos uma única semana sem fazer greve até dezembro. Fazíamos duas, três greves por semana (...). Em uma era acordo de 25%, em outra 8%... Fizemos o primeiro piquete depois de 1968 (...). Nesse ano se não foram feitas umas duzentas e poucas greves, foi marmelada (...). Eu acho que a euforia tomou conta da gente. Nós passamos por um momento de euforia, e aí a peãozada partiu pro pau³¹.

Antes mesmo da eclosão das famosas greves do ABC, que tiveram lugar nos anos 1978, 1979 e 1980, Lula tinha ocupado as páginas dos principais veículos de comunicação impressa do país, penetrara em milhares de lares brasileiros através de inúmeras entrevistas concedidas às emissoras de rádio e televisão e tornara-se internacionalmente conhecido, inclusive com freqüentes convites para manutenção de intercâmbio com sindicatos do exterior. Com a retomada das atividades grevistas, que se alastraram na região a partir de 1978, as imagens dos estádios de futebol lotados por trabalhadores para deliberarem coletivamente sobre os destinos das paralisações viraram cenas corriqueiras e se transformaram numa espécie de marca registrada do novo movimento. No caso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, o seu então presidente, Luís Inácio da Silva (Lula), ganhou notoriedade nacional pelo arrojo com que combateu a legislação sindical e trabalhista brasileira, pela ênfase com que defendeu um sindicalismo autônomo e vinculado aos interesses dos trabalhadores e pelas propostas de negociações diretas entre empregados e empregadores, emitindo contundentes críticas contra as ingerências praticadas pelo governo nessa área.

Nos anos subseqüentes, ao mesmo tempo em que as renovações das diretorias sindicais locais possibilitaram o surgimento de novas lideranças, os movimentos grevistas alastraram-se por diversas categorias de trabalhadores do ABC e atingiram também várias regiões do país.

Evidentemente, para o governo e empresários, essa ousadia dos trabalhadores não poderia passar impune e, novamente, os velhos instrumentos repressivos voltaram a ser utilizados. Na região, as intervenções nos sindicatos combativos, cassação das diretorias e prisão das principais lideranças passaram a ser freqüentes. No entanto, desta vez, nem mesmo esses instrumentos conseguiram desestimular as lutas. Pelo contrário, todas essas adversidades, somadas às experiências que se acumularam ao longo dos anos, foram de fundamental importância para conscientização desses trabalhadores sobre os limites das intervenções segmentadas por categorias profissionais, despertando-lhes a necessidade de um engajamento mais amplo. O empenho com que se dedicaram à criação do Partido dos Trabalhadores - PT, e da Central Única dos Trabalhadores - CUT, significava, para eles, alimentar a esperança na construção de uma nova realidade.

III

O processo desencadeado com vistas à construção de uma nova central sindical, ao envolver inúmeros encontros, reuniões e congressos em vários pontos do país, serviu para revelar como os trabalhadores brasileiros progressivamente voltaram a recuperar a sua força e capacidade organizativa. Em decorrência, essas atividades contribuíram também para um maior esclarecimento das diferentes concepções sindicais em curso, potencializando as divergências. No interior desse debate, a posição adotada majoritariamente pelos sindicalistas do ABC, principalmente os setores que haviam se destacado nas recentes manifestações grevistas da região, foi a de apoio total à criação de uma central sindical de base, autônoma em relação ao Estado e com uma orientação política demarcadamente classista. Esse posicionamento, além de se confrontar com os setores mais conservadores do sindicalismo, dentre eles notórios interventores do período ditatorial, também não conseguiu unificar integralmente o campo das esquerdas, sofrendo críticas e dissidências, principalmente de correntes clandestinas³². Na opinião de Djalma Bom, um dos líderes sindicais da região envolvidos com esse processo,

REVISTA BRASILEÑA DE HISTORIA

(...) era muito difícil conciliar um pólo mais classista, combativo, atuante, contestador, mais ligado às reivindicações dos trabalhadores, como era a região do ABC, com aquele sindicalismo assistencialista, atrelado ao governo, conformista com o que a legislação propunha a eles (...). Na verdade o pólo mais combativo já estava ligado à CUT, antes mesmo da sua criação, e o pólo mais pelego à CGT³³.

Na impossibilidade de conciliação de interesses tão dispares, inviabilizou-se também as iniciativas de uma pretensa unidade costurada pelo alto. Em agosto de 1983, realizou-se em São Bernardo do Campo o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. Nesse evento, após três dias de intensos debates, mais de 5.200 delegados, representando trezentos e noventa e três sindicatos urbanos, trezentos e quatorze sindicatos rurais, duzentos e vinte e uma associações, sete federações e nove entidades nacionais³⁴, firmaram posição em defesa de um sindicalismo fundamentado em princípios que buscavam conciliar autonomia, participação massiva e combatividade. Nascia assim a Central Única dos Trabalhadores.

As iniciativas que surgiram pioneiramente na região do ABC, objetivando a criação de um novo partido político que representasse os interesses dos trabalhadores, também estavam vinculadas ao conjunto das lutas ali desencadeadas a partir da segunda metade da década de 1970 e expressaram uma nova hegemonia política forjada na experiência concretamente vivenciada por aqueles trabalhadores. Os embates travados no plano sindical frente ao governo e ao setor patronal, além das reais conquistas materiais e do significado político que representaram numa conjuntura repleta de adversidades, foram também o ponto de referência fundamental para que os próprios trabalhadores percebessem os limites dessa trincheira de lutas e saíssem a campo em busca de uma aglutinação mais ampla. Na opinião de Lula, foi a partir desse contexto "que a gente começou a ter necessidade de criar uma organização política. A questão sindical era pequena demais para nós e não resolvia os problemas da classe trabalhadora (...). Por isso inventamos o PT"³⁵. Como para essas novas lideranças de trabalhadores o elemento básico suscitador da idéia de construção de um partido político fora antes de mais nada a própria realidade por eles vivenciada, era natural que almejassem algo diferente dos modelos preexistentes. Nesse sentido, o Movimento Democrático Brasileiro - MDB, transformado posteriormente em Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, embora se tratasse de uma frente que congregava diversos setores de oposição ao governo militar, ainda assim era visto com muita desconfiança. Na visão dos idealizadores do Partido dos Trabalhadores,

(...) os trabalhadores perceberam o comportamento do PMDB em relação ao movimento grevista aqui no ABC. Perceberam que a participação era muito mais no sentido de cooptação do movimento. Sentiram na prática que o PMDB não seria o partido que poderia dar soluções para as necessidades dos trabalhadores (...) e entenderam que deveriam discutir a construção do partido da classe dos trabalhadores³⁶.

Por outro lado, a visão de construção partidária difundida por setores da esquerda clássica também não satisfazia. Em resposta às correntes políticas que, ao abraçarem a proposta de criação desse novo partido, procuraram influenciar nas decisões para que as suas antigas teses fossem ali reeditadas, Lula veio a público para afirmar

(...) que esses grupos radicais têm que evoluir politicamente até o ponto de entender que propostas políticas radicais não têm vez no meio da classe trabalhadora. Estes companheiros terão de entender que o trabalhador não é instrumento de ação ou de pressão, é algo muito mais importante, é elemento de transformação (...)

O que eu tenho certeza é que a classe trabalhadora não permitirá que extremistas de esquerda ou de direita ditem as regras de ação da luta dos trabalhadores (...). A classe trabalhadora não precisa de dogmas ou de rótulos de esquerda, de direita ou de centro para traçar as suas próprias lutas. Do ponto de vista prático, tenho certeza de que todos aqueles que se intitulem teoricamente de esquerda haverão de absorver a necessidade de se curvarem diante da sabedoria da classe trabalhadora (...). A grandeza da classe trabalhadora não permitirá que grupos radicais estreitem a proposta de um partido de massa como é o

REVISTA BRASILEÑA DE HISTORIA

PT³⁷.

Curiosamente, o conceito de classe social, objeto de tantas discussões e debates acalorados, que para os setores mais ortodoxos da esquerda tem sido traduzido fundamentalmente como sinônimo da bipolaridade entre burguesia e proletariado, justamente na ótica desses trabalhadores assumia um significado mais amplo, onde as aspirações em comum e as diferenciações entre exploradores e explorados eram compreendidos como os elementos definidores da identidade. "Eu não consigo dividir o trabalhador em várias categorias", afirmava Lula em 1978. Para ele,

(...) jornalista é trabalhador, médico é trabalhador (...), todos os que vivem de salário são trabalhadores. É lógico que uns são mais privilegiados e outros menos, e nós trabalhadores braçais somos os mais necessitados, somos os que sofrem mais. Mas eu diria que a médio prazo (...) os trabalhadores estarão unidos, sejam eles gráficos, químicos, borracheiros, metalúrgicos, enfermeiros, eu acho que todos estarão unidos porque as aspirações são as mesmas, as necessidades de melhores salários são as mesmas, a necessidade de morar numa casa de alvenaria é a mesma, a necessidade de comer bem é a mesma, de educar seus filhos é a mesma³⁸.

Dois anos depois, quando a idéia de construção do novo partido tornara-se realidade, Lula voltaria novamente ao tema para justificar a presença de diversas categorias de trabalhadores no interior do PT:

Não estamos criando um partido de operários, de metalúrgicos, mas um partido dos trabalhadores brasileiros, porque o nosso conceito de trabalhador é muito amplo. Nós englobamos profissionais liberais, professores, e vários outros segmentos da sociedade que, direta ou indiretamente, vivem subordinados ao regime de salário. Então nós estamos descaracterizando esse negócio de partido operário de que tanto o governo tem medo³⁹.

Na verdade, a linha política que se buscava na construção do PT ficaria claramente explicitada no discurso proferido por Lula na primeira Convenção Nacional do Partido, realizada em Brasília em setembro de 1981. Segundo ele,

(...) o Partido dos Trabalhadores é uma inovação histórica neste país. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira também. É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massas, que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil. É um partido que nasce da consciência que os trabalhadores conquistaram após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária⁴⁰.

As teses centrais presentes nesse primeiro evento de peso da nova agremiação partidária, conforme podem ser depreendidas do discurso de uma das suas principais lideranças, denotam que muitas das inovações trazidas para o cenário político brasileiro com o surgimento do PT, embora fugissem às previsões de muitas análises ditas abalizadas, para os articuladores desse novo partido elas não apenas estiveram presentes na base de todas as articulações, mas também, em última análise, constituíram-se até mesmo como os seus principais elementos motivadores. Mesmo assim, seja pelo fato de muitos não acreditarem na possibilidade de viabilização desse novo projeto gestado de baixo para cima e protagonizado por setores que historicamente sempre estiveram aliados do processo político partidário no país, seja pela brevidade como o mesmo foi construído e tornado público, o fato é que a apresentação do perfil partidário do PT trouxe consigo alguns elementos-surpresa que causaram perplexidades, críticas e desapontamentos tanto à direita quanto à esquerda.

No primeiro caso, o PT atrapalhava, visivelmente, os planos daqueles setores conservadores que, diante da inevitabilidade da abertura política, buscaram com a reforma partidária apropriar-se da mesma, procurando a um só tempo fracionar aquele que era considerado o principal pólo aglutinador dos opositores do governo no plano institucional, ou seja o MDB, e dar uma nova roupagem para o tão desgastado partido situacionista. Para esses setores, o PT trazia um ineditismo duplamente problemático. Primeiramente, pelo inesperado surgimento de um partido de massas no campo das esquerdas, que promovia de imediato o ingresso de

REVISTA BRASILEÑA DE HISTORIA

novos opositores do regime no cenário político brasileiro e potencialmente despontava como uma nova alternativa eleitoral. Em segundo lugar, porque, na medida em que os petistas aceitaram o jogo institucional e organizaram-se dentro dos preceitos legalmente estabelecidos, tornaram ainda mais anacrônicas as surradas acusações de subversão e ilegalidade com que os setores conservadores procuravam qualificar a maioria dos atos praticados contra os interesses das classes dominantes no país, mecanismo esse que sempre funcionou como uma espécie de base legitimadora para inúmeras perseguições, intervenções, prisões e toda sorte de violências historicamente praticadas contra os trabalhadores e suas organizações. Como na época, o então sociólogo Fernando Henrique Cardoso conseguia perceber,

(...) o PT não fora previsto pelo Planalto. Ele abriga uma pequena parte da antiga frente política das oposições, e abrange setores que antes recusavam a participação no quadro institucional, desde organizações trotskistas várias, até homens dos movimentos sociais e de setores das Igrejas. Por intermédio do PT se dá, portanto, a incorporação política de setores da população que não encontraram nicho no quadro institucional pré-existente e dá-se, também, espaço a setores antes minoritários no MDB⁴¹.

Quanto às críticas advindas do campo da esquerda, em larga medida estavam associadas ao fato de que, pela primeira vez na história do país, um partido declaradamente de esquerda, tendo nos trabalhadores a sua base social constitutiva, distanciava-se das formulações clássicas para propor uma nova alternativa em termos de organização e intervenção partidária. Nesse sentido, nem mesmo a presença em seu interior de várias correntes políticas com formação assumidamente vanguardista, em sua maioria advindas de agrupamentos clandestinos, foi fator impeditivo para que o PT se definisse, desde o início, enquanto "partido de massas". Já no *Manifesto* de lançamento do partido, tornado público em fevereiro de 1980, os signatários daquele documento fizeram questão de explicitar uma clara opção por

(...) um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases⁴².

Orientados por essas premissas, os petistas deixaram de lado paradigmas consagrados no campo das esquerdas tanto em termos de organização partidária como de orientação política. Em lugar das tradicionais células partidárias, atributos característicos dos "partidos de quadros", o PT, visando a "aprofundar e garantir a democracia interna do Partido"⁴³ optou em sua organização pelos "núcleos de base", organismos constituídos por filiados e simpatizantes organizados a partir dos seus locais de moradia e trabalho, por categoria profissional e também pela inserção nos movimentos sociais.

Quanto à definição das teses norteadoras das políticas a serem implementadas, recusando a idéia de uma prévia formulação partidária "pronta" e "acabada", aqueles militantes aceitaram a imprecisão da imponderabilidade compreendendo que o partido "se desenvolve ao mesmo tempo em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores"⁴⁴. Com isso, a opção no interior do partido por um socialismo sem designação teórica definida, aberto à possibilidade de ser construído através de uma ampla discussão das bases, rendeu ao PT críticas das mais variadas. Para uns, isso simplesmente traduzia a carência de uma "cultura socialista" ou "comunista" ou, até mesmo, de uma simples "cultura política" entre aqueles que compunham as fileiras do partido, sejam eles membros da então qualificada "nova classe operária", de onde emergiram várias lideranças petistas, ou integrantes dos movimentos sociais, base significativa na constituição do partido. Nessa ótica,

(...) o PT não consegue ir além de um vago enunciado em que se diz que o socialismo petista será definido pelas massas, o que é rigorosamente um silogismo, pois se as massas do PT carecem de uma cultura política socialista, fica pouco claro que proposta socialista poderá emergir⁴⁵.

REVISTA BRASILEÑA DE HISTORIA

Em que pesem essas críticas e divergências em relação à orientação e intervenção política adotadas pelo Partido dos Trabalhadores, o seu rápido crescimento e o não menos expressivo desempenho eleitoral é algo que dificilmente pode deixar de ser reconhecido, inclusive pelos seus adversários. Originário do ABC, em pouco tempo o PT ganhou alcance nacional, consolidando-se em inúmeras regiões de vários estados brasileiros, e repercutiu internacionalmente, sendo observado de perto tanto pela esquerda quanto pela direita. Chama atenção o progressivo crescimento do número dos seus filiados e militantes, expresso nos registros formais do partido e, principalmente, através das atividades desenvolvidas cotidianamente, destacadamente nas campanhas eleitorais.

No que tange ao desempenho eleitoral dos petistas especificamente no ABC, desde 1982, quando pela primeira vez o partido tomou parte em uma disputa do gênero, ficou claro o seu potencial na região. Naquela oportunidade, o PT venceu as eleições para o cargo de prefeito municipal na cidade de Diadema, um dos sete municípios do ABC; seu candidato à prefeitura de Santo André obteve 26% da preferência do eleitorado, ficando atrás apenas do primeiro colocado por uma pequena margem de 7% de votos; e elegeu a segunda maior bancada de vereadores da região, passando a contar com vinte e oito representantes distribuídos em seis das sete câmaras municipais locais. Nesse mesmo pleito, dos quatro deputados da região eleitos para a Assembléia Legislativa de São Paulo, dois saíram das fileiras petistas, o mesmo ocorrendo com um entre os quatro representantes locais que passaram a ter assento na Câmara Federal.

Nas eleições constituintes de 1986, o partido elegeu Lula para a Câmara Federal, com uma das maiores votações obtidas no país por um candidato a esse cargo e, nesse mesmo ano, aumentou o número de representantes locais na Assembléia Legislativa de São Paulo, elegendo três entre os oito candidatos eleitos pela região.

O feito eleitoral mais notável do PT no ABC ocorreu no ano de 1988, quando o partido conseguiu eleger três entre os sete prefeitos municipais locais, dentre eles os de Santo André e São Bernardo do Campo, destacadamente os dois centros urbanos de maior importância regional. Nesse mesmo ano, o partido elegeu a maior bancada de vereadores da região, com quarenta e um candidatos eleitos e, apesar da sua ainda jovem existência, conseguiu representação em todas as Câmaras Municipais locais. Nas eleições presidenciais de 1989, os resultados alcançados pelo Partido dos Trabalhadores a nível regional estiveram bem acima do seu próprio desempenho no restante do país. No primeiro turno, o candidato petista Luís Inácio Lula da Silva alcançou na região o dobro dos votos de Fernando Collor de Melo, superando-o em todos os municípios. No segundo turno, observou-se novamente uma vitória de Lula em todas as cidades da região, desta vez derrotando o seu oponente por uma margem de votos superior a 15%, como demonstra o [quadro](#) a seguir:

Eleições presidenciais 1989 (principais candidatos). Dados comparativos - região do ABC e Brasil

REVISTA BRASILEÑA DE HISTORIA

Candidatos	Região do ABC				Brasil			
	1º Turno		2º Turno		1º Turno		2º Turno	
	votos	% total	votos	% s/ total	votos	% s/ total	votos	% s/ total
Collor	193.131	17,19	468.956	39,44	20.611.011	28,52	35.089.998	42,75
Lula	426.344	34,90	654.749	55,06	11.622.673	16,08	31.076.364	37,86
Brizola	15.939	9,69	--	--	11.168.228	15,45	--	--
Covas	215.019	16,95	--	--	7.790.392	10,78	--	--
Maluf	228.442	18,38	--	--	5.986.575	8,28	--	--
Alf	42.404	3,18	--	--	3.272.462	4,53	--	--
Ulysses	12.284	1,25	--	--	3.204.932	4,43	--	--
Freire	10.504	0,82	--	--	769.123	1,06	--	--
Fonte: Jornal Diário do Grande ABC, 22/11/89; 20/12/89; 23/12/89.								

As duas eleições ocorridas na primeira metade da década de 1990, pouca alteração trouxeram em relação ao [quadro](#) já apresentado. É fato que nas eleições municipais de 1992 o PT sofreu várias derrotas na região, perdendo duas das prefeituras anteriormente conquistadas e mantendo apenas uma. Mesmo assim, foi o partido que conseguiu eleger a maior bancada de vereadores do ABC, superando inclusive o vitorioso Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Quanto aos demais partidos de esquerda, apenas o Partido Socialista Brasileiro - PSB conseguiu resultados positivos, elegendo uma bancada de seis vereadores na região. Nas eleições ocorridas em 1994, envolvendo vários cargos a nível federal e estadual, o PT voltou a demonstrar o seu potencial eleitoral na região, conseguindo resultados altamente expressivos. Nessas eleições, o partido elegeu três, entre os oito deputados estaduais, e quatro, entre os cinco deputados federais eleitos pela região. No que diz respeito às eleições presidenciais, invertendo a tendência nacional, o candidato petista Luís Inácio Lula da Silva obteve 40,8% dos votos da região, superando o presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, que obteve 33,3% de adesão dos eleitores locais. Para o cargo de governador do Estado de São Paulo, o petista José Dirceu ficou apenas 1,1% atrás do governador eleito Mário Covas, e para o Senado Federal, a candidata petista Luíza Erundina superou a todos os demais concorrentes, sendo a mais votada na região.

Simultaneamente a todo esse crescimento eleitoral do Partido dos Trabalhadores no ABC a partir da década de 1980, o que se verificou em relação a outros setores da esquerda local, hegemônicos nesse campo anteriormente ao golpe militar de 1964, foi a ocorrência de um processo inverso. Nesse aspecto, o que chama mais a atenção é sem dúvida o fraco desempenho alcançado pelo Partido Comunista Brasileiro, principalmente quando se toma como parâmetro a sua história pregressa na região. Se, com a retomada da organização e das lutas dos trabalhadores locais, a partir de meados da década de 1970, a atuação dos pecebistas, tanto no âmbito dos sindicatos como nos recém-criados movimentos populares, limitou-se a níveis irrelevantes, o mesmo fenômeno repetiu-se posteriormente também no campo da ação político-partidária, mesmo com a conquista do direito de legalização dos partidos clandestinos no país. Nas eleições de 1986, o candidato do PCB a deputado federal obteve em todo ABC a insignificante adesão de 1.413 eleitores e os três candidatos do mesmo partido ao legislativo estadual obtiveram juntos apenas 7.300 votos, representando, neste último caso, menos de 40% da votação obtida pelo candidato menos votado que conseguiu se eleger pela região. Após esse fraco desempenho eleitoral do PCB na região, ainda por mais duas vezes consecutivas e num curto espaço de tempo, o mesmo fenômeno voltou a se repetir: nas eleições municipais de 1988, quando o Partido Comunista não conseguiu eleger sequer um único vereador em toda a região, e nas eleições presidenciais de 1989, quando o desempenho regional do seu candidato, Roberto Freire, foi ainda mais insignificante do que aquele verificado nacionalmente⁴⁶. Esses resultados, além de apontarem

REVISTA BRASILEÑA DE HISTORIA

para essas significativas mudanças que se processavam na região, refletindo-se entre os trabalhadores locais nas suas diversas formas de organização e encaminhamento das lutas, acabaram por revelar também uma outra verdade incontestável: a de que a hegemonia pecebista no ABC, melancolicamente, chegara ao seu final.

Algumas características específicas que cercaram as eleições municipais de 1988, como o fato de as mesmas terem sido as primeiras que ocorreram na região a nível municipal, após o restabelecimento da legalização dos partidos clandestinos no país, tornaram-se extremamente esclarecedoras para compreensão de vários elementos que permearam a ação dos setores progressistas locais. Primeiramente, por comprovar a supremacia eleitoral do PT entre os partidos de esquerda na região, pois além dele próprio, o único outro partido desse campo que conseguiu algum resultado positivo foi o PSB, e assim mesmo elegendo uma pequena bancada de três vereadores. Em segundo lugar, porque a própria política de alianças adotada regionalmente naquela oportunidade por esses partidos foi significativamente reveladora das dificuldades de entendimento existentes entre eles, além de demonstrar a falta de aceitabilidade ou de reconhecimento por parte de setores das esquerdas mais tradicionais em relação à nova proposta partidária do PT e de tornar claro como nem sempre as experiências históricas servem de parâmetro para evitar que velhos equívocos voltem a ser cometidos.

Nesse sentido, embora o PT já se consolidasse enquanto partido de base essencialmente trabalhadora e com uma plataforma política claramente oposta às adotadas pelos partidos conservadores, concorreu isoladamente em todos os municípios da região, inclusive naqueles em que o seu potencial eleitoral era visivelmente insignificante. Quanto aos demais partidos, aquilo que poderia ser qualificado como alianças naturais no campo das esquerdas ocorreu apenas no município de Diadema, onde o Partido Socialista Brasileiro - PSB, Partido Comunista Brasileiro - PCB, Partido Comunista do Brasil - PC do B e Partido Verde - PV coligaram-se para disputar as eleições. Nos demais municípios, as opções alternaram-se entre também concorrer individualmente ou estabelecer alianças e coligações que dificilmente poderiam ser justificadas a partir de algum tipo de coerência política. O [quadro](#) seguinte ilustra bem essa situação:

Alianças políticas e coligações envolvendo os partidos de esquerda Região do ABC - Eleições Municipais de 1988*

Município	Alianças e/ou coligações estabelecidas
Diadema	PSB/PCB/PC do B/PV
Mauá	PSB/PC do B/PSDB/PMDB/PDC
Santo André	PSB/PV/PSDB PCB/PC do B/PDT/PMDB
São Bernardo do Campo	PCB/PMDB PSB/PTR
São Caetano do Sul	PSB/PTB/PDT/PTR
Ribeirão Pires	PCB/PV/PDT PSB/PTR
Rio Grande da Serra	PCB/PTB/PFL/PDT/PDS PSB/PMDB/PPB/PDC

REVISTA BRASILEÑA DE HISTORIA

Fonte: Jornal Diário do Grande ABC, 17/08/88⁴⁷

* Partidos que concorreram individualmente:
PT - Concorreu individualmente em todos os municípios
PC do B - Concorreu individualmente em São Bernardo do Campo
PCB - Concorreu individualmente em São Caetano do Sul e Mauá
PV - Concorreu individualmente em São Bernardo do Campo

Essas profundas mudanças, envolvendo os setores de esquerda na região do ABC, trouxeram como conseqüência um visível deslocamento de um eixo hegemônico fundado na ortodoxia vanguardista do PCB para uma nova proposta petista embasada numa concepção de partido de massas e estão associadas, entre outras coisas, a duas ordens de fatores. Em primeiro lugar, claro está que a violenta perseguição desencadeada pela ditadura militar junto aos militantes comunistas da região foi a principal responsável pelo desmantelamento e dispersão dos seus principais quadros. Prisões, repressão, exílios, impossibilidade de conseguir empregos nas grandes empresas e afastamentos provocados pelo medo foram fatores decisivos para uma fragmentação de difícil recuperação. Depois, o fato de o PCB não mais recuperar seu prestígio junto aos trabalhadores do ABC, mesmo após a conquista da abertura política no país, também está vinculado à própria orientação política adotada no interior deste partido. Neste ponto, a prevalência e cristalização de determinadas posturas entre os seus militantes, conduziram-nos a um certo anacronismo político de difícil solução. Aprisionados em seu próprio discurso, os pecebistas não conseguiram apreender adequadamente a nova realidade brasileira e não souberam, como no passado, traduzir em ações os anseios e aspirações dos trabalhadores, sendo, portanto, atropelados pela história. Conforme reconheceu Luis Carlos Prestes, em sua *Carta aos Comunistas*,

(...) tendo sido correto combater os desvios esquerdistas e golpistas, após o golpe de 1964, caímos do outro lado, em posições próximas do reboquismo e passividade (...). É importante ainda chamar a atenção dos comunistas para o fato de nas fileiras do PCB ter-se convertido a luta justa contra os desvios esquerdistas e golpistas numa obsessão quase cega, que nos tem levado freqüentemente a identificar qualquer atitude ou posição combativa pelas causas justas dos trabalhadores com um suposto esquerdismo ou golpismo⁴⁸.

Diferentemente do "imobilismo" pecebista, com o processo de democratização e abertura política no país, uma nova proposta de intervenção social progressivamente tomou corpo na região do ABC. Se é fato que várias concepções políticas e teóricas foram agasalhadas em seu interior, incluindo entre elas até mesmo uma certa rejeição ao pensamento mais sistematizado, cabe reconhecer também que nenhuma teve mais êxito e receptividade do que a valorização da participação das bases nos processos decisórios. Foi isso que prevaleceu tanto na nova proposta sindical como nos diversos movimentos populares que emergiram na região no final dos anos 1970. Como a própria construção do Partido dos Trabalhadores tinha como referência esses dois tipos de movimentos, tendo neles o seu principal ponto de apoio e sustentação, seria natural que os militantes desses movimentos traduzissem no PT os seus anseios e aspirações em forma de uma proposta político-partidária. Nesse sentido, para o significativo segmento de trabalhadores do ABC, que de alguma forma se relacionava com as lutas travadas no interior daqueles movimentos, o PT significou antes de tudo uma possibilidade de concretização dessas lutas num plano político-institucional. Encontra-se aí um dos principais motivos para o seu rápido crescimento; por isso, a sua consolidação enquanto campo hegemônico no interior daqueles que compõem atualmente as esquerdas e os setores progressistas da região.

REVISTA BRASILEÑA DE HISTORIA

NOTAS

* Este artigo, com algumas modificações, faz parte da tese de doutorado do autor, intitulada *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista - 1930/1980*, defendida junto ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva, em 1996.

¹ Situada na região metropolitana da Grande São Paulo, com vários dos seus municípios fazendo divisa com a capital do Estado, a região do ABC Paulista é composta hoje pelos seguintes municípios: Diadema, Mauá, Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

² Cabe destacar que no período que se estende de 1930 a 1964 a marcante presença dos comunistas na região pode ser notada em várias frentes de atuação. Eles compuseram as diretorias de vários sindicatos de trabalhadores e concorreram vitoriosamente diversos pleitos eleitorais para mandatos legislativos. Em 1947, os comunistas conseguiram o seu feito mais notável na região, elegendo o prefeito de Santo André e treze vereadores para a Câmara Municipal, embora, neste caso, as manobras adotadas pelos setores conservadores impediram todos eles de tomar posse. Para maiores informações sobre a atuação nos comunistas na região do ABC consultar, ALMEIDA, Antônio de. *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: Cultura e Política dos Trabalhadores no ABC Paulista - 1930/1980*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1996.

³ Conf. depoimento de Pe. José Mahon ao Projeto Viva Cidade, 15/06/90.

⁴ Conf. depoimento de Rolando Fratti ao Projeto Viva Cidade, 14/02/90.

⁵ Conf. Sindiquim, *Revista do Sindicato dos Químicos do ABC*, edição comemorativa de cinquenta anos, 1988, pp. 08-09.

⁶ OLIVA, Aloízio Mercadante (coord.). *Imagens da Luta: 1905-1985*. São Bernardo do Campo, Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1987, p. 124.

⁷ Conf. *História dos Metalúrgicos de São Caetano*, CEDI - Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário no ABC", São Caetano do Sul, 1987, p. 40.

⁸ *Idem*, p. 41. Extraído do Jornal *A Gazeta*, 02/05/68.

⁹ Conf. *Jornal da Tarde*, 29/05/68.

¹⁰ Conf. depoimento de Paulo Vidal, na época Presidente do Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Citado por RAINHO, Luís Flávio e BARGAS, Osvaldo Martins. *As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo: 1977-1979*. São Bernardo do Campo, Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983, p. 52.

¹¹ Conf. *História dos Metalúrgicos de São Caetano*. CEDI - Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário no ABC". São Caetano do Sul, 1987, pp. 31 e 35.

¹² Conf. Depoimento de Philadelpho Braz, antigo sindicalista da região, prestado à *Revista do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra*, edição comemorativa de 50 anos, s/d, p. 66.

¹³ Conf. depoimento de Philadelpho Braz, prestado a *Revista do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra*, edição comemorativa de 59 anos, 1992, p. 14.

¹⁴ Conf. depoimento de Monsenhor Antunes a Heloisa Martins e Marita Bargas, 08/03/86.

¹⁵ Conf. *Esclarecimento aos Companheiros Metalúrgicos*, panfleto distribuído quando da realização das eleições de 1967 realizadas no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André.

¹⁶ Conf. memorial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Santo André, Mauá e Ribeirão Pires, encaminhado ao Presidente da República em 01/05/74.

¹⁷ Cabe ressaltar que, de acordo com vários depoimentos de antigos militantes sindicais e políticos da região, concretizado o Golpe Militar de 1964, os trabalhadores logo perceberam que os trabalhos de contato, discussão e mobilização política no interior das empresas estavam inviabilizados. Os informantes policiais, plantados nas fábricas disfarçados de trabalhadores desempenhavam a função de "entregar" todos aqueles que desmontavam

REVISTA BRASILEÑA DE HISTORIA

liderando qualquer tipo de movimento.

¹⁸ Na opinião de um desses militantes, "a gente achava que a luta armada era uma solução. Nessas alturas a gente já tinha feito cursos de marxismo-leninismo (...). A gente também tinha um alinhamento para ajudar o pessoal da Guerrilha do Araguaia. Arrecadávamos dinheiro e encaminhávamos para eles". Conf. depoimento de Orides F. T. em entrevista concedida ao autor, 15/12/95.

¹⁹ Conf. depoimento do Pe. José Mahon ao Projeto Viva Cidade, 15/06/90.

²⁰ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 143. Neste trabalho, embora tenha me inspirado na tese de Sader quanto à constituição de novos sujeitos, a partir de uma abordagem diversa da realidade, não foi minha preocupação procurar analisar a origem das matrizes discursivas presentes no interior dos movimentos, mas sim buscar compreender como, através do encontro e convivência desses agentes nos mesmos espaços, das suas polêmicas e também entendimentos, surgiu uma nova proposta política de intervenção social e de organização das entidades representativas.

²¹ Para uma visão mais detalhada sobre os movimentos populares desenvolvidos na região do ABC, consultar, ALMEIDA, Antônio de. *Movimentos Sociais e História Popular: Santo André nos anos 70 e 80*. São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1992.

²² Conf. entrevista de Lula ao Jornal *Pasquim*, 24 a 31/03/78. In *Lula: Entrevistas e Discursos*. São Paulo, Núcleo Ampliado de Professores do Partido dos Trabalhadores, 1981, pp. 09-40.

²³ Conf. palestra proferida por Lula no I Congresso de História da Região do ABC. *Anais do I Congresso de História da Região do Grande ABC*. Santo André, Prefeitura Municipal de Santo André, 1990, p. 212.

²⁴ Conf. depoimento de Frei Chico prestado ao CEDI, in: *História dos Metalúrgicos de São Caetano*, CEDI - Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do ABC, São Caetano do Sul, 1987, p. 43.

²⁵ Conf. palestra proferida por Lula no I Congresso de História da Região do ABC, *op. cit.*, p. 213.

²⁶ Para Leôncio Martins Rodrigues, por exemplo, a presença dos trabalhadores de origem rural na composição do operariado industrial urbano brasileiro afetou negativamente "o movimento sindical tanto do ponto de vista organizatório como ideológico", sendo responsável por deprimir "a força reivindicatória dos sindicatos" e "tornar mais difícil a emergência de uma liderança operária saída do próprio interior da classe", enfraquecendo "a coesão grupal e, conseqüentemente, a propensão para a adesão a movimentos coletivos". Conf. RODRIGUES, Leôncio Martins. "Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)". In FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª ed., tomo III, O Brasil Republicano, 3º vol., Sociedade e Política (1930-1964), São Paulo, Difel, 1983, pp. 553-554.

²⁷ Conf. relatório apresentado pelo Deputado Estadual Eduardo Matarazzo Suplicy ao Presidente da República, João Batista Figueiredo, São Paulo, 17/02/81.

²⁸ Conf. entrevista de Lula ao Jornal *Folha de São Paulo*, 04/06/78. In *Luís Inácio da Silva: Entrevistas e Discursos*. São Paulo, Núcleo Ampliado de Professores do Partido dos Trabalhadores, 1980, p. 86.

²⁹ Conf. entrevista de Lula ao Programa Vox Populi, TV Cultura, São Paulo, maio de 1978. In *Luís Inácio da Silva: Entrevistas e Discursos*. *op. cit.*, pp. 73 e 78.

³⁰ Conf. palestra proferida por Lula no I Congresso de História da Região do ABC. *Anais do I Congresso de História da Região do Grande ABC*. Santo André, Prefeitura Municipal de Santo André, 1990, p. 214.

³¹ Conf. *Lula sem Censura*. Rio de Janeiro, Vozes, 1981, pp. 35-50.

³² A posição adotada pelos militantes do Partido Comunista Brasileiro, atuando no interior da corrente intitulada Unidade Sindical, exemplifica bem essa situação. Embora tivessem participado de todo processo preparatório da criação da Central Única dos Trabalhadores, os integrantes daquela corrente, presos às suas antigas formas de atuação e divergindo da nova orientação política seguida pelos setores emergentes dos trabalhadores (onde se situavam as principais lideranças do ABC), rompem com as alianças estabelecidas e passam a contribuir para a criação da Central Geral dos Trabalhadores - CGT.

³³ Conf. depoimento de Djalma Bom, ex-membro da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. In MFDICI, Ademir e PINHEIRO, Suelv. *1º de Maio e*

REVISTA BRASILEÑA DE HISTORIA

os principais momentos da luta sindical em São Bernardo: 1902-1990. São Bernardo do Campo, Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, 1990, p. 75.

³⁴ Conf. Jornal *Ensaio*. São Bernardo do Campo, Instituto Metodista de Ensino Superior, outubro de 1983.

³⁵ Conf. palestra proferida por Lula no I Congresso de História da Região do ABC, *op. cit.*, p. 215.

³⁶ Conf. depoimento de Djalma Bom, ex-membro da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. In MEDICI, Ademir e PINHEIRO, Suely. *op. cit.*, p. 75.

³⁷ Conf. entrevista de Lula à Revista *Isto É*, 20/02/80. In *Luís Inácio da Silva: Entrevistas e Discursos*. São Paulo, Núcleo Ampliado de Professores do Partido dos Trabalhadores, 1980, pp. 255-257.

³⁸ Conf. entrevista de Lula ao Programa Vox Populi, TV Cultura, São Paulo, maio de 1978. In *Luís Inácio da Silva: Entrevistas e Discursos*, *op. cit.*, pp. 74-75.

³⁹ Conf. entrevista de Lula ao Jornal Tribuna da Imprensa, 12/02/80. In *Luís Inácio da Silva: Entrevistas e Discursos*. *op. cit.*, pp. 247-248.

⁴⁰ Conf. discurso de Luís Inácio da Silva na Primeira Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, 27/09/81. In GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Cortez, 1989, p. 63.

⁴¹ Conf. CARDOSO, Fernando Henrique. "Nem tudo saiu como manda o figurino". In *Jornal Folha de São Paulo*, Suplemento Especial Folhetim, 17/05/81.

⁴² Conf. *Manifesto do Partido dos Trabalhadores*. Partido dos Trabalhadores, s/d, p. 01.

⁴³ *Idem*.

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ Conf. OLIVEIRA, Francisco de. "E Agora PT?". In *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, CEBRAP, nº 15, 1986, pp. 32-43.

⁴⁶ Nessas eleições o candidato à presidência pelo PCB, Roberto Freire, que obteve apenas 1,06% dos votos a nível nacional, entre os eleitores do ABC a adesão a sua candidatura foi ainda menor, ou seja, 0,82%. Conf. *Jornal Diário do Grande ABC*, 22/11/89.

⁴⁷ Identificação das siglas partidárias: PSB (Partido Socialista Brasileiro); PCB (Partido Comunista Brasileiro); PC do B (Partido Comunista do Brasil); PV (Partido Verde); PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira); PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro); PDC (Partido Democrata Cristão); PDT (Partido Democrático Trabalhista); PTR (Partido Trabalhista Renovador); PTB (Partido Trabalhista Brasileiro); PFL (Partido da Frente Liberal); PDS (Partido Democrático Social); PPB (Partido Popular Brasileiro).

⁴⁸ PRESTES, Luis Carlos. *Carta aos Comunistas*. São Paulo, Alfa-Omega, 1980, pp. 31-32.

Artigo recebido em maio/98, aprovado em out/98